

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ (SEPLAG/CE)  
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM  
CARGOS DE ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA E DE ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
EDITAL Nº 3 – SEPLAG/CE, DE 21 DE MAIO DE 2024**

A Secretária do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG/CE), em razão do deferimento de impugnações, torna pública a **retificação** dos subitens **6.4.8.2.3, 8.1 e 10.3** e de **tópicos** constantes de **conhecimentos básicos comuns a todos os cargos, de conhecimentos específicos comuns a todos os cargos e de conhecimentos especializados** do Edital nº 1 – SEPLAG/CE, de 15 de abril de 2024, e suas alterações, bem como a **inclusão** dos subitens **6.4.8.2.3.1, 10.11.4 a 10.11.4.2.1.1** no referido edital, conforme a seguir especificado.

[...]

**6.4.8 DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

[...]

**6.4.8.2.3 3ª POSSIBILIDADE (candidatos com deficiência, conforme a Lei Estadual nº 13.844/2006):** imagem legível de laudo médico ou de laudo caracterizador de deficiência, cuja data de emissão seja, no máximo, nos 36 meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público. O laudo deve atestar a espécie e o grau ou nível de sua deficiência, doença ou limitação física, que justifique o atendimento especializado solicitado, bem como conter a assinatura e o carimbo do médico ou do profissional de saúde de nível superior, que atue na área da deficiência do candidato, com o número de sua inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo.

**6.4.8.2.3.1** No caso dos candidatos cuja deficiência se enquadra no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista) ou em caso de impedimento irreversível, que caracterize deficiência permanente, a validade do laudo é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão.

[...]

**8 DAS PROVAS OBJETIVAS**

8.1 As provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, valerão **150,00 pontos** no total e abrangerão os objetos de avaliação constantes do item 14 deste edital, **distribuídos conforme o seguinte quadro:**

CARGO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS	DISCIPLINA	NÚMERO DE ITENS
1,2,3,4 e 5	Conhecimentos básicos	40	Estado e Administração Pública	9
			Língua Portuguesa	8
			Língua Inglesa ou Língua Espanhola	5
			Matemática, Estatística e Raciocínio Lógico	5
			Gerenciamento de Projetos e Processos	8
			Informática	5
1,2,3,4 e 5	Conhecimentos específicos	50	Evolução da Administração Pública e Modelos de Gestão Pública (Gestão para Resultados no Estado Do Ceará)	10
			Planejamento Governamental	10
			Direito Constitucional	10
			Direito Administrativo	10
			Serviço e Servidores Públicos	10
1	Conhecimentos especializados	60	Legislação Federal e Estadual do Ceará Específica sobre a Temática (Leis, Decretos e Demais Normativas Disponibilizadas na Internet)	15

			Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público	10
			Dimensionamento, Provimento e Movimentação da Força de Trabalho	5
			Processos de Cargos, Carreiras e Remuneração de Servidores	10
			Gestão por Competências e com Foco em Resultados	10
			Promoção da Segurança e Medicina do Trabalho e da Qualidade de Vida e Bem-Estar no Trabalho	5
			Atração, Seleção e Retenção de Talentos:	5
2	Conhecimentos especializados	60	Governança e Gestão Corporativa Legislação Federal e Estadual do Ceará Específica sobre a Temática (Leis, Decretos e demais Normativas Disponibilizadas na Internet)	12
			Gestão Logística e Patrimonial	12
			Gestão Corporativa de Aquisição de Bens e Serviços	12
			Governança Pública	12
			Modernização e Inovação da Gestão Pública	12
3	Conhecimentos especializados	60	Legislação Federal e Estadual do Ceará Específica sobre a Temática (Leis, Decretos E demais Normativas Disponibilizadas na Internet)	6
			Análise, Desenho E Automação De Processos	6
			Arquitetura de Desenvolvimento de <i>Software</i>	6
			Devops	6
			Gestão De Produto	6
			Big Data & Analytics, Business Intelligence, Inteligência Artificial, Internet das Coisas e Nuvem Computacional: I Big Data & Analytics	6
			Orientações a Serviço	6
			Segurança da Informação, Segurança de Datacenter, Segurança de Dispositivos, Disponibilidade	6
			Sistemas Distribuídos	6
			Rede de Computadores	6
4	Conhecimentos especializados	60	Legislação Federal e Estadual do Ceará Específica sobre a Temática (Leis, Decretos E demais Normativas Disponibilizadas na Internet)	10
			Economia, Finanças Públicas e Orçamento Público	10
			Administração Orçamentária, Financeira e Patrimonial	10

			Contabilidade Geral	10
			Contabilidade Pública	10
			Contabilidade de Custos	10
5	Conhecimentos especializados	60	Legislação Federal e Estadual do Ceará Específica sobre a Temática (Leis, Decretos E demais Normativas Disponibilizadas na Internet	10
			Economia, Finanças Públicas e Orçamento Público	10
			Planejamento Governamental E Gestão Para Resultados No Estado Do Ceará	10
			Contabilidade Pública e Contabilidade de Custos	5
			Formulação e Gestão de Políticas, Planos, Programas e Projetos Públicos (Estaduais, Setoriais e Territoriais)	10
			Promoção da Participação Cidadã no Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	5
			Captação de Recursos e Alianças com o Público e o Privado	10

[...]

## 10 DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

[...]

10.3 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data de envio, observados os limites de pontos do quadro a seguir.

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS			
ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DE CADA TÍTULO	VALOR MÁXIMO DOS TÍTULOS
A	Diploma, devidamente registrado no MEC, ou certificado / declaração de conclusão de curso de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , em nível de Doutorado (título de doutor), acompanhado do Histórico Escolar no qual constem disciplinas cursadas e respectiva carga horária.	<b>3,50</b>	<b>3,50</b>
B	Diploma, devidamente registrado no MEC, ou certificado / declaração de conclusão de curso de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , em nível de Mestrado (título de mestre), acompanhado do Histórico Escolar no qual constem disciplinas cursadas e respectiva carga horária.	<b>2,50</b>	<b>2,50</b>
C	Diploma, devidamente registrado no MEC, ou certificado de conclusão de curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> , em nível de Especialização, com carga horária mínima de 320 (trezentos e vinte) horas/aula, acompanhado do Histórico Escolar no qual constem disciplinas cursadas e respectiva carga horária.	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>

D	Exercício de, no mínimo, um ano de atividade profissional de nível superior, devidamente comprovada, em órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, de quaisquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no cargo a que concorre.	<b>0,30 p/ano completo, sem sobreposição de tempo</b>	<b>1,80</b>
E	<b>Experiência profissional comprovada, no cargo a que concorre, exceto os títulos elencados na alínea D.</b>	<b>0,20 p/ano completo, sem sobreposição de tempo</b>	<b>1,20</b>
<b>TOTAL MÁXIMO DE PONTOS</b>			<b>10,00</b>

[...]

#### 10.11 DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À COMPROVAÇÃO DOS TÍTULOS

[...]

**10.11.4** Para receber a pontuação relativa ao exercício de atividade profissional descrita na **alínea E**, o candidato deverá atender a uma das seguintes opções:

a) para exercício de atividade em empresa/instituição privada: será necessário o envio da imagem legível de três documentos: **1 – diploma do curso de graduação a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso e atender ao disposto no subitem 10.11.4.2.1** deste edital; **2 – cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo as seguintes páginas:** identificação do trabalhador; registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa; e **3 – declaração do empregador com o período (com início e fim, se for o caso)**, atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas para o cargo/emprego.

b) para exercício de atividade/serviço prestado por meio de contrato de trabalho: será necessário o envio da imagem legível de três documentos: **1 – diploma de graduação conforme a área de conhecimento a que concorre a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso e atender ao disposto no subitem 10.11.4.2.1** deste edital; **2 – contrato de prestação de serviço/atividade entre as partes**, ou seja, o candidato e o contratante; e **3 – declaração do contratante que informe o período (com início e fim, se for o caso)**, atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades;

c) para exercício de atividade/serviço prestado como autônomo: será necessário envio da imagem legível de três documentos: **1 – diploma de graduação conforme a área de conhecimento a que concorre a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso e atender ao disposto no subitem 10.11.4.2.1** deste edital; **2 – recibo de pagamento autônomo (RPA)**, sendo pelo menos o primeiro e o último recibos do período trabalhado como autônomo, contendo o(s) valor(es) do(s) respectivo(s) desconto(s) de imposto(s); e **3 – declaração do contratante/beneficiário que informe o período (com início e fim, se for o caso)**, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades.

**10.11.4.1** A declaração/certidão mencionada no subitem 10.11.4 deste edital deverá ser emitida por órgão de pessoal ou de recursos humanos. Não havendo órgão de pessoal ou de recursos humanos, a autoridade responsável pela emissão do documento deverá declarar/certificar também essa inexistência.

**10.11.4.1.1** Quando o órgão de pessoal possuir outro nome correspondente, por exemplo, Controle de Divisão de Pessoas (CDP), a declaração deverá conter o nome do órgão por extenso, não sendo aceitas abreviaturas.

**10.11.4.2** Para efeito de pontuação referente à experiência profissional, não serão consideradas fração de ano nem sobreposição de tempo.

**10.11.4.2.1** Para efeito de pontuação de experiência profissional, somente será considerada a experiência após a conclusão do curso superior.

**10.11.4.2.1.1** Não serão considerados o tempo de estágio curricular, de monitoria, de bolsa de estudo ou de prestação de serviço como voluntário.

[...]

#### **14 DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO (HABILIDADES E CONHECIMENTOS)**

[...]

#### **14.2.2 CONHECIMENTOS BÁSICOS COMUNS A TODOS OS CARGOS**

[...]

**GERENCIAMENTO DE PROJETOS E PROCESSOS: I GERENCIAMENTO DE PROJETOS:** [...] 9 Gerenciamento de projetos conforme PMBOK **7ª edição** – Elaboração da estrutura analítica de projeto; elaboração de cronograma; estimativas de custos e orçamentos; elementos de qualidade de projetos; análise de riscos; gestão de contratos. [...]

[...]

**INFORMÁTICA: E BANCO DE DADOS: I INFORMÁTICA:**[...] 5 Conceitos básicos de *hardware* (placa-mãe, memórias, processadores **(CPU)**). 6 Periféricos de computadores. [...] **II BANCO DE DADOS:** 1 Banco de dados. 1.1 Conceitos básicos. 1.2 Arquitetura. 1.3 Estrutura de dados. 1.4 Modelagem e normalização de dados. 1.5 Noções de administração de dados e de banco de **dados**. **1.6 Conceitos de** Arquitetura e políticas de armazenamento de dados. **2** Data lakes e soluções para big data. **3** Dados Estruturados e não Estruturados. **4** Avaliação de modelos de dados. **5** Técnicas de Integração e Ingestão de Dados (ETL/ELT, Transferência de Arquivos e Integração via Base de Dados). **6** Conceitos de Inteligência Artificial, Análise de Dados e Big Data. Noções para Otimização de Performance em Larga Escala.

#### **14.2.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS COMUNS A TODOS OS CARGOS**

**EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA (GESTÃO PARA RESULTADOS NO ESTADO DO CEARÁ):** [...] 4 Excelência nos serviços públicos. 4.1 Gestão para resultados na produção de serviços públicos. **5** Decreto **Estadual** nº 32.216/2017 (Regulamenta o modelo de Gestão para resultados e institui a gestão de projetos de investimento público).

[...]

**DIREITO ADMINISTRATIVO:**[...] 10.1.2 Decreto **Federal** nº 11.462/2023 e suas alterações (Sistema de Registro de Preços). 10.1.3 Fundamentos constitucionais. [...]

[...]

#### **14.2.4 CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS**

**CARGO 1: ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA – ÁREA DE ATUAÇÃO: GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**

**LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL DO CEARÁ ESPECÍFICA SOBRE A TEMÁTICA (LEIS, DECRETOS E DEMAIS NORMATIVAS DISPONIBILIZADAS NA INTERNET):** [...] 3 Decreto **Estadual** nº 21.088/1990 (PAI - Programa de ação integrada para o aposentado). [...]

[...]

**DIMENSIONAMENTO, PROVIMENTO E MOVIMENTAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO:** [...] 8 Decreto **Estadual** nº 29.704/2009. [...]

[...]

**PROMOÇÃO DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO E DA QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR NO TRABALHO:** [...] 9 Decreto **Federal** nº 7.602/2011 (Dispõe sobre a política nacional de segurança e saúde no trabalho – PNSST). [...]

**ATRAÇÃO, SELEÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTOS:** [...] 5 Decreto **Estadual** nº 34.848/2022. 6 Decreto **Estadual** nº 34.534/2022. 7 Decreto **Estadual** nº 34.726/2022. 8 Decreto **Estadual** nº 34.773/2022. 9 Decreto **Estadual** nº 34.821/2022.

[...]

**CARGO 4: ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA – ÁREA DE ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE PÚBLICA**

[...]

**ECONOMIA, FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO PÚBLICO:** [...] **III ORÇAMENTO PÚBLICO:**[...] 4 Manual técnico do orçamento (disponível no endereço eletrônico <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2023/08/MTO-CEARA-2024.pdf>).

**ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL:** [...] **10 Decreto Estadual nº 34.894/2022 (Regulamenta a execução orçamentária das despesas mediante a descentralização do orçamento entre órgãos e entidades da administração pública estadual, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, e dá outras providências).**

[...]

#### **CARGO 5: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

[...]

**PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E GESTÃO PARA RESULTADOS NO ESTADO DO CEARÁ:** [...] 5 Planejamento Orçamentário (formulação da LOA) no Ceará: metodologia, estrutura, alinhamento com o PPA 5.1 Manual técnico do orçamento (disponível no endereço eletrônico <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2023/08/MTO-CEARA-2024.pdf>). 6 Planejamento orçamentário: conceitos e elementos básicos. 6.1 Modelos e características de planejamento orçamentário: orçamento tradicional, orçamento de base zero, orçamentação por desempenho (orçamento para resultados), orçamento-programa, orçamento participativo, orçamento cidadão. 7 Abordagens orçamentárias contemporâneas. 8 Agendas transversais. 8.1 Orçamento sensível a gênero e raça. 8.2 Orçamento verde (*greenbudgeting*). 8.3 Orçamento da Criança e do Adolescente. 9 Limites constitucionais e legais para reserva orçamentária. 10 Programação Operativa Anual. 11 Sustentabilidade e alinhamento com os ODS. 12 Modelo de Gestão para Resultados no Ceará: princípios norteadores, dimensões e Ciclo da Gestão Estratégica. 12.1 Decreto estadual nº 32.216/2017 (Modelo de gestão de resultados do Ceará).

[...]

**CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ALIANÇAS COM O PÚBLICO E O PRIVADO:** 1 Lei Federal nº 11.079/2005 – Lei das Parcerias Público-Privadas. 1.1 Parceria Público-Privada. 1.2 Espécies de PPPs. 2 Alianças público-privadas. 2.1 Lei estadual nº 14.391/2009 e suas alterações (institui normas para licitação e contratação de parcerias público-privadas, no âmbito da administração pública do estado do Ceará, e dá outras providências). 2.2 Decreto nº 29.801/2009 (dispõe sobre o conselho gestor de parcerias público privadas). 3 Operações de crédito. 3.1 Lei complementar nº 101/2000 (Lei de responsabilidade fiscal). 3.2 Resolução SF nº 40/2001. 3.3 Resolução SF nº 43/2001. 3.4 Resolução SF nº 48/2007. 4 Contratos de gestão. 4.1 Lei nº 12.781/1997 e suas alterações (institui o programa estadual de Incentivo as Organizações Sociais). 5 Convênios e congêneres. 5.1 Decreto Federal nº 11.271/ 2022. 5.2 Decreto federal nº 11.531/2023. 5.3 Portaria conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023. 6 Concessões públicas. 6.1 Lei nº 8.987/1995 e suas alterações. 6.2 Lei nº 9.074/1995 e suas alterações. 7 Convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres. 7.1 Decreto federal nº 11.531/2023 (dispõe sobre convênios e contratos de repasses relativos às transferências de recursos da união e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos **de adesão**). 8 Transferências constitucionais e legais.

[...]

**SANDRA MARIA OLIMPIO MACHADO**  
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO